UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

BRUNO ALVES DO NASCIMENTO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FASCISMO E O REFLUXO DA EXTREMA-DIREITA NO TEMPO PRESENTE

Dourados
2024

BRUNO ALVES DO NASCIMENTO

CONSIDERAÇÕES SOBRE O FASCISMO E O REFLUXO DA EXTREMA-DIREITA NO TEMPO PRESENTE

Artigo científico apresentado como recurso para a aprovação na disciplina de Monografia, no curso de Bacharelado em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD).

Orientadora: Professora Dra. Nauk Maria de Jesus.

Dourados
2024

RESUMO

No tempo presente, em Estados de certa tradição liberal-democrática, como países da Europa e das Américas, percebemos o refluxo de figuras políticas e de partidos radicais à direita, ao mesmo tempo em que crescem e se disseminam os ideais e doutrinas que, por sua vez, fundamentam movimentos e grupos de extrema-direita. Logo, o objetivo desta pesquisa é conceituar a extrema-direita e o fascismo, com base na leitura marxista dos fenômenos do fascismo histórico e do fascismo enquanto ideologia e programa político, visando compreender suas aproximações e diferenciações, assim como problematizar os motivos que levaram ao refluxo da extrema-direita no tempo presente. Apresento um breve panorama da historiografia brasileira sobre o fascismo, partindo dos anos 1970 até os dias atuais. Nesse âmbito, destacam-se as pesquisas acerca da versão brasileira do fenômeno, o integralismo. Logo, percebeu-se o aumento de pesquisas, publicações e republicações que buscam analisar o fascismo, o integralismo e seus correlatos, principalmente após o processo de redemocratização brasileira a partir dos anos 1980. Assim sendo, a pesquisa justifica-se tanto pelo aumento de lideranças políticas, partidos e movimentos de extrema-direita no tempo presente, quanto pelo crescimento de pesquisadores interessados nessas questões. Por fim, é abordado o impacto do Estado neoliberal e necropolítico no refluxo da extrema-direita na atualidade. Conclui-se que a perspectiva teórico-metodológica da História do tempo presente, bem como a leitura marxista do fascismo, são fundamentais para a análise da extrema-direita no século XXI.

Palavras-chave: fascismo; historiografia; tempo presente.

SUMÁRIO

Introdução 3
Panorama geral da historiografia brasileira sobre o fascismo 6
Estado neoliberal-necropolítico e o refluxo da extrema-direita no tempo presente 10
Considerações finais 20
BIBLIOGRAFIA 20

Introdução

No tempo presente vivenciamos o crescimento de movimentos e partidos políticos de extrema-direita em países de orientação liberal-democrática, principalmente na Europa. França, Itália e Alemanha são algumas das nações predominantes na União Europeia (UE) que vivenciam o avanço da extrema-direita, fato que pode ser percebido após as últimas eleições parlamentares em 2024[1]. Crescem as alianças políticas à extrema-direita, ao mesmo tempo em que movimentos alinhados saem às ruas. Hungria, Polônia, Áustria e Inglaterra, na Europa, e Estados Unidos da América (EUA), na América do Norte, são outros exemplos. Na América do Sul, destacam-se os ocorridos recentes na Argentina e no Brasil.

Logo, o objetivo deste artigo é abordar os conceitos de extrema-direita e fascismo[2], visando compreender suas aproximações e diferenciações, assim como problematizar os motivos que levaram ao refluxo da extrema-direita no tempo presente. Desse modo, pensamos as suas aplicabilidades para análise e problematização dos movimentos radicais à direita na contemporaneidade. Para tal, recuo e analiso a historiografia brasileira acerca do fascismo, principalmente dos anos 1970 até os dias atuais, buscando um panorama geral sobre a temática no campo da História, com ênfase na perspectiva marxista.

Este estudo se justifica tanto pela percepção do aumento desses movimentos na atualidade, quanto pelo crescimento de pesquisadores interessados na questão do avanço da extrema-direita em países de certa tradição democrática. Aspectos que evidenciam a sua relevância social e acadêmica.

Isto posto, o campo teórico-metodológico da História do tempo presente apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento das reflexões propostas (Ferreira, 2000). Para François Dosse, "o tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da História contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica" (Dosse, 2012, p. 7). Segundo o autor, "a História do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da História imediata porque impõe um dever de mediação" (Dosse, 2012,

[1] O agrupamento de partidos de direita conservadora (Partido Popular Europeu ou Democratas-Cristãos, PPE) aumentou o número de seus assentos no parlamento europeu para 188 – de um total de 720. Além desse agrupamento, temos o Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), com 78 assentos; Patriotas pela Europa (PfE), com 84 assentos; e Europa das Nações Soberanas (ESN), com 25 assentos. PfE e ESN se enquadram enquanto agrupamentos partidários de extrema-direita. Dados disponíveis em: <https://results.elections.europa.eu/pt/>. Acesso em 24/11/2024.

[2] Como se verá no artigo, a análise considerará o movimento neofascista, tratando do prefixo "neo" e seu uso. Todavia, no decorrer do texto, há a preferência de uso pelo termo "fascismo", mesmo ao falar do fenômeno no tempo presente. A escolha do termo "fascismo", ao invés de "neofascismo", ocorre porquê avalio as características gerais que definem e estruturam o fascismo enquanto movimento e ideologia – tanto no passado, como no presente.

p. 6). Após décadas de embates para a estruturação do campo, a História do tempo presente tornou-se caminho sólido para o trabalho do historiador.

Segundo Dosse, a História do tempo presente se apresenta como alternativa para os historiadores mediante a mudança social de perspectiva diante do passado, do presente e do futuro. Conforme o autor, "[...]Há uma presença marcante do passado no espaço público" (Dosse, 2012, p. 10), ao mesmo tempo em que sofremos com uma "grave crise de historicidade em função da crise da noção de futuro" (Dosse, 2012, p. 10), modificando nossa relação com o pretérito, "abrindo-o sobre um presente exposto, em uma forma de presentismo" (Dosse, 2012, p. 10). Em função das crises do tempo presente, há a demanda cada vez maior pelo passado, ao mesmo tempo em que o futuro se apresenta incerto. Logo, pressiona o historiador a refletir sobre a escrita da História e a sua relação subjetiva com o objeto. A demanda social pela atuação do historiador requer, portanto, que este reconheça sua subjetividade enquanto sujeito histórico produtor de conhecimento sobre o passado – fator que enriquece a análise, haja vista que novas leituras se abrem quando o historiador reconhece as suas limitações, não pretendendo, dessa maneira, uma análise neutra e totalizante do objeto que estuda.

Conforme Reinaldo Lindolfo Lohn, a história do tempo presente indica que o campo político novamente se abre para a historiografia, agora como "lugar sociocultural que articula relações sociais e suas representações, ao passo em que aponta questões acerca dos sentidos da contemporaneidade, na qual as interações particulares e individuais ganham importância" (Lohn, 2019, p. 18). Através da política, os diversos grupos sociais elaboram "visões de mundo que motivam ações em função de leituras partilhadas sobre o passado e aspirações diante do futuro, impregnadas das imagens que os grupos sociais constituem sobre a sociedade e suas divisões" (Lohn, 2019, p. 18). Logo, a perspectiva teórico-metodológica da História do tempo presente é fundamental para a compreensão desse campo.

> Os fenômenos resultantes da globalização ou relacionados à ocidentalização têm trazido diversos e variados efeitos, ou como diria Joseph Stiglitz, ex-presidente do Banco Mundial, malefícios. É bastante ampla e conhecida a bibliografia que tem se dedicado a analisar os "efeitos da globalização", desde aqueles atinentes a economia, cultura, política e sociedade ou mesmo aqueles outros efeitos produzidos pelo dramático aumento das demandas dos recursos naturais e poluição ambiental. As crises econômicas, a migração do trabalho e dos trabalhadores, o deslocamento das manufaturas, o aumento das desigualdades sociais e regionais, a pasteurização, industrialização e mercadorização da cultura visando as atividades turísticas, a espetacularização e turistificação de ambientes naturais e manifestações culturais, a gentrificação das cidades e a disneylandização dos núcleos históricos, o hibridismo cultural, a emergência dos regionalismos, tribalismos e localismos, a xenofobia e a contenção dos imigrantes com leis restritivas, os fundamentalismos religiosos e os radicalismos políticos, sobretudo com a

> recuperação da popularidade de partidos e candidatos nitidamente fascistas, os movimentos sociais e as mobilizações das massas que derrubam governos, as disputas e guerras étnicas e religiosas, o reerguimento dos nacionalismos entres outros e tantos outros eventos tornam intrigantes esses "tempos interessantes" (Júnior, 2021, p. 14).

Urge a necessidade de análise desses fenômenos a partir de "um pressuposto metodológico que considera que a História não é somente o estudo do passado, mas também do passado presente" (Júnior, 2021, p. 15). "Seria preciso esperar que os fenômenos estudados estejam consumados e os sobreviventes desaparecidos?" (Júnior, 2021, p. 15). A História deve, ou precisa, se resguardar no tempo e esperar o desenrolar dos acontecimentos, para, com o terreno já destruído, agirmos, como críticos de obras prontas? Enquanto historiadores, somos observadores, meros *voyeurs* da intimidade dos acontecimentos históricos? Evidente que é preciso problematizar os fatos que se colocam no tempo presente, sabendo que fazemos parte dele enquanto pesquisadores e atores, mas é frustrante e ultrapassada a ideia à qual os historiadores devem se resguardar de seu próprio tempo, evitando, assim, o risco de contaminação em sua análise do passado.

Pelo contrário, possuímos a responsabilidade ética em atuar como atores e autores do nosso tempo. História provisória – conforme Hobsbawm (2002) –, a análise do tempo presente pode abrir novas perspectivas e reflexões, ampliar o escopo de fontes possíveis para o estudo de determinado tema, salvando da destruição fontes necessárias ao futuro. "O tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações" (Júnior, 2021, p. 23), ou seja, ao necessário e indispensável pensar o passado com as perspectivas recentes, pois, conforme Bloch, "a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente" (Bloch, 2001, p. 65).

Por fim, a riqueza do campo político para a historiografia se coloca ao mesmo tempo em que a política se desagrega e a vida pública se esvazia, mediante a construção de uma cultura urbana secular e capitalista (Lohn, 2019) que corrói as pluralidades, "retraindo os espaços cívicos e os engajamentos ativos" (Lohn, 2019, p. 14), fundamentada em tecnologias digitais e redes sociais que aprofundam o distanciamento do mundo público, formando "massas que parecem solitárias e alienadas" (Arendt, 1987, p. 260-269, apud Lohn, 2019, p. 14). Portanto, para análise do tempo presente e do fenômeno de refluxo da extrema-direita, o estudo da política, de suas representações e relações de poder que, por sua vez, fundamentam e justificam crenças, ações e práticas individuais e de grupo, são importantes. Assim sendo, este texto tecerá

considerações sobre as noções de extrema-direita e fascismo, com base principalmente na historiografia brasileira.

Panorama geral da historiografia brasileira sobre o fascismo

Uma parte da historiografia nacional sobre o fascismo tem analisado a versão brasileira do fenômeno, isto é, o *integralismo*. O integralismo foi um movimento político brasileiro, fundado em 1934 sob o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), baseado no manifesto escrito pelo jornalista Plínio Salgado – fundador do movimento – e publicado no mesmo ano. Com o lema "Deus, Pátria e Família", o integralismo defendia uma visão de sociedade conservadora e autoritária, baseada na família "tradicional", cuja centralidade estava na figura masculina. Os integralistas pregavam entre os seus princípios o nacionalismo e a defesa do cristianismo como doutrina norteadora das ações políticas e das relações sociais.

Segundo Serratto (2007) e Oliveira (2010), os estudos sobre o integralismo iniciaram-se ainda no fervilhar deste movimento, nos anos 1930, com os trabalhos de Carlos Henrique Hunsche, "O integralismo brasileiro: história do movimento fascista no Brasil" (1937) e de Arnoldo Nicolau de Flue Gut, "Plínio Salgado, o creador do integralismo brasileiro na literatura brasileira" (1938). Ambos os textos são teses de doutoramento defendidas em universidades na Alemanha (Oliveira, 2010). Após um hiato de cerca de 30 anos, as reflexões sobre o tema retornaram nos anos 1970, por conta do contexto de ditadura militar, que por sua vez alavancou a demanda por estudos do campo político brasileiro, principalmente de suas tendências autoritárias. De acordo com Oliveira, "A Ação Integralista Brasileira foi o tema central de uma série de estudos acadêmicos a partir dos anos de 1970. Uma das principais questões destes trabalhos era determinar quais eram suas origens ideológicas e a sua vinculação ou não com o fascismo" (Oliveira, 2010, p. 122).

Serratto, por sua vez, ao citar alguns dos principais trabalhos desenvolvidos nesse período, argumenta que:

> Temos como principais exemplos deste "momento", os trabalhos de Gilberto Vasconcellos, intitulado *A ideologia curupira: análise do discurso integralista* (Vasconcelos, 1977); o de José Chasin, intitulado *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio* (Chasin, 1978); o de Marilena Chauí, intitulado *Apontamentos para uma crítica da razão integralista* (Chauí, 1978) e, por fim, o trabalho de Hélgio Trindade, intitulado *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30* (Trindade, 1974) (Serratto, 2007, p. 4).

Além dos estudos que buscaram definir, analisar e problematizar o integralismo, surgiram, ainda nos anos 1970, de acordo com Oliveira, estudos historiográficos que avaliaram

as particularidades do integralismo em contextos regionais, evidenciando as diferenças entre os movimentos integralistas de diferentes Estados brasileiros. A partir da dissertação de mestrado de René Gertz, "Os Teuto-Brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul" (1977), cresceram as pesquisas interessadas nas particularidades do integralismo em diferentes contextos regionais, evidenciando que o movimento aderira às demandas locais e adaptara suas pautas políticas, por vezes apresentando discordâncias entre si. Como exemplos, temos a tese "Os camisas verdes no poder", de Josênio Parente **(**1986) e "Integralismo e Política Regional: a ação integralista no Maranhão", de João Ricardo de Castro Caldeira (1999) (Oliveira, 2010).

Já nos anos 1990, em um contexto de redemocratização, mais pesquisas interessadas nas experiências autoritárias do passado recente foram desenvolvidas. Nesse ambiente, "os estudos sobre o integralismo ganharam um verdadeiro impulso. Este passou a ser visto segundo diversos matizes, as perguntas mudaram" (Oliveira, 2010, p. 132).[3] Além dos trabalhos citados acima, temos os volumes de *História geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano* (1986), de organização de Boris Fausto, que contém textos sobre o integralismo, em especial nos volumes 3 e 4 (Serratto, 2007). Fica evidente, portanto, a preocupação da historiografia brasileira em torno do integralismo, movimento fascista brasileiro.

Como pesquisas de pós-graduação elaboradas neste século, acerca da extrema-direita no Brasil, com foco no Integralismo ou não, cito "O discurso anticomunista no tempo presente: entre continuidades e descontinuidades (2013-2018)", dissertação de Mestrado escrita por Talles de Almeida Oliveira e defendida no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2021. Nela, o autor investiga a ascensão do que chama de "nova direita" no Brasil e o recrudescimento do discurso anticomunista e da ameaça do "perigo vermelho", historicamente presente no país, bem como seus usos políticos. Há também a dissertação de Felipe Azevedo Cazetta, "Fascismos e Autoritarismos: a cruz, a

[3] Oliveira cita, dentre diversos trabalhos: "CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30.* São Paulo: USP, 1992. (dissertação de mestrado em História); MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky:* o pensamento antissemita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992; CARNEIRO, Márcia Regina da Silva. *Memória e Integralismo:* um estudo da militância no Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2000 (dissertação de mestrado em História); CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra:* a formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001; DOTTA, Renato Alencar. *O integralismo e os trabalhadores:* as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938). São Paulo: USP, 2003 (dissertação de mestrado em História); OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o tribunal da História:* o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Porto Alegre: PUCRS, 2004 (dissertação de mestrado em História); CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Partido de Representação Popular:* política de alianças e partidos nos governos estaduais do RS de 1958/1962. Porto Alegre: PUCRS, 1999 (dissertação de mestrado em História); CRISTOPHOLETTI, Rodrigo. *As celebrações do jubileu de prata integralista (1957-1961).* Assis, Faculdade de Ciências e Letras UNESP, 2002 (dissertação de mestrado em História); FLACH, Ângela. *'Os vanguardeiros do anticomunismo':* o PRP e os perrepistas no RS (1961-1966). Porto Alegre: PUCRS, 2003 (dissertação de mestrado em História)" (Oliveira, 2010, p. 134-135).

suástica e o caboclo – fundações do pensamento político de Plínio Salgado – 1932-1945", defendida no PPGH da UFJF em 2011. Cazetta debate a singularidade do pensamento do fundador do integralismo, problematizando seus elementos teóricos, objetivando perceber as aproximações e afastamentos entre as ideias de Salgado com os aspectos evidenciados pelos regimes fascistas europeus (Itália e Alemanha) e pelas ditaduras militares (Portugal e Espanha) que ocorreram no mesmo período em que Salgado desenvolvia suas teses.

Destaco ainda as obras de Odilon Caldeira Neto. Em sua dissertação de Mestrado defendida no PPGH da Universidade Estadual de Maringá (UEM), intitulada "Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento" (2011), o autor analisa a presença do antissemitismo dentro do integralismo em seu momento de fundação, nos anos 1930, e a continuidade desse discurso nos movimentos neointegralistas do tempo presente, demonstrando as tentativas de apagamento histórico, por parte dos integralistas, dessa tradição antissemita presente em seus discursos e práticas. Já em sua tese, "'Nosso nome é Enéas!' Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)" (2016), defendida no PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Caldeira Neto acompanha a trajetória do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona) e de Enéas Ferreira Carneiro, o líder do partido. Em sua tese, o autor discorre sobre a função do Prona enquanto alternativa para a extrema-direita no cenário político brasileiro, expondo a diversidade de setores políticos à direita encampados pelo partido, ao mesmo tempo em que avalia as ideias defendidas por Enéas e que fundamentavam a doutrina do partido. Vale pontuar que Caldeira Neto é atualmente um dos coordenadores do Observatório da Extrema Direita (OED) da UFJF. Vinculado ao CNPq, o observatório objetiva orientar pesquisas acadêmicas na área das Ciências Humanas sobre a direita radical e a extrema-direita – partidos, movimentos, governos, dentre outros.[4]

Saliento o capítulo "Os Fascismos", de Francisco Carlos Teixeira da Silva, presente no livro "O Século XX", volume 3 (2003), em que o autor reflete sobre a História do fascismo, os desafios da historiografia dedicada ao tema e as possibilidades de entendimento do conceito à luz da História. Do mesmo modo, "Introdução ao Fascismo", de Leandro Konder, originalmente publicado em 1977 e novamente republicado em 2009 pela editora Expressão Popular. O autor busca definir o fascismo, à luz da leitura marxista, evidenciando as particularidades dos casos italiano e alemão e pensando o uso do termo no tempo em que o texto foi escrito.

Outra obra que pretende construir um panorama histórico das leituras sobre o fascismo, é "Crítica do Fascismo" (2022), de Alysson Leandro Mascaro, onde o autor parte da teoria do

[4] Disponível em: <https://www.oedbrasil.com.br/>. Acesso em 09/11/2024. Cabe comentar que nem o site oficial da OED e nem o link vinculado ao site da UFJF encontram-se atualizados.

jurista russo Evguiéni B. Pachukanis (1891-1937) para conceituar o fascismo[5]. A partir de uma análise situada no campo do direito, aborda diferentes construções teóricas sobre o fenômeno, ao mesmo tempo em que defende a centralidade da teoria marxista para a compreensão do funcionamento estrutural do fascismo, para além de suas características doutrinárias ou ideológicas, colocando-o enquanto um problema essencialmente socioeconômico.

Evguiéni B. Pachukanis[6] analisou o contexto de ascensão do fascismo na Europa dos anos 1920-1930. Em seus textos, compilados no livro "Fascismo" (2020), obra publicada no Brasil pela Editora Boitempo, discutiu como o fascismo tornou-se alternativa quando se acirraram as desigualdades inerentes ao capitalismo. Para ele, enquanto o comunismo em sua forma – pois este é revolucionário – almejava a superação do capitalismo, o fascismo representava o reacionarismo político que visava a manutenção e preservação da (infra)estrutura capitalista (Pachukanis, 2020). Segundo o autor:

> O fascismo é apoiado na organização política de massas, de tal sorte que se alimenta de uma luta e de um conflito constantes entre fascistas e antifascistas. Já no poder, o fascismo atua como um Estado dentro do Estado: não se estabiliza como uma burocracia impessoal, mas como uma organização que dita sua vontade ao governo ou aos órgãos estatais (Pachukanis, 2020, p. 15).

Os estudos sobre o fascismo também ganharam espaço em diversos artigos como o de Sahd (2022), em que faz um balanço bibliográfico em torno de conceitos de (neo)fascismo, pós-fascismo e (neo)populismo, evidenciando suas aproximações e diferenciações – a frente versarei rapidamente sobre o neofascismo e não explorarei os demais, devido ao limite de páginas. Amaral e Silveira (2023), por sua vez, analisou o fenômeno do Bolsonarismo e suas aproximações com o ideário fascista; e Caldeira Neto (2021), o crescimento das direitas no Brasil e as disputas existentes, após a redemocratização, entre os diferentes grupos presentes nesse campo.

No Brasil, como se nota, crescem as publicações e republicações de textos sobre o fascismo, em especial no formato de artigos científicos, enquanto obras do século passado são

[5] Para conceituar fascismo, também utilizo como referência a perspectiva exposta por Evguiéni B. Pachukanis. A escolha de Pachukanis justifica-se pois o autor expõe algumas das principais características estruturais do fascismo, evidenciando sua intrínseca relação com o Estado capitalista. Mesmo datadas, as reflexões de Pachukanis colaboram para a definição de pontos gerais que explicam o que é o fascismo – guardadas as particularidades dos diferentes movimentos fascistas do tempo presente. Os textos de Pachukanis foram compilados e republicados em formato de livro pela editora Boitempo, no ano de 2020. A referência encontra-se na bibliografia abaixo.

[6] Teórico do direito e membro do Partido Bolchevique, Pachukanis participou ativamente do governo soviético até ser declarado dissidente e inimigo pelo regime de Stálin, pois suas teses passaram a conflitar com a visão stalinista sobre o direito. Foi perseguido, preso e executado em 1937. Entre 1926 e 1933, publicou quatro textos sobre o fascismo, avaliando o fenômeno de seu tempo (Pachukanis, 2020; Mascaro, 2022).

reimpressas. Esse crescimento na demanda de trabalhos sobre o fenômeno do fascismo e seus correlatos pode ser explicado a partir do contexto histórico de refluxo da extrema-direita no tempo presente, tanto no cenário brasileiro como no ambiente internacional.

Estado neoliberal-necropolítico e o refluxo da extrema-direita no tempo presente

De antemão, faz-se mister o entendimento do conceito de extrema-direita e sua diferenciação das demais categorizações radicais à direita no espectro político.

> Em linhas gerais, a extrema-direita ficaria definida pela apologia à violência e, sobretudo, pelos sentimentos e enunciados antidemocráticos. Por sua vez, a direita radical é caracterizada e composta por meio de grupos, atores e agremiações que estão inseridos e anunciam a adesão às "regras do jogo", todavia estabelecem críticas ao estado democrático. Essa diferenciação não tem razão somente normativa, mas também analítica (Caldeira Neto, 2021, p. 10).

Evidentemente, os atores políticos e sociais caminham dentro dessas definições. Não é incomum um sujeito de extrema-direita chegar ao poder e tornar-se radical à direita. Ou seja, anteriormente apresentava uma crítica severa ao modelo liberal-democrático, porém, ao chegar ao poder, se adequa às "regras do jogo", sem deixar de tecer críticas e administrar práticas e ações que enfraqueçam e corroam as estruturas democráticas. Ao mesmo tempo, sujeitos ou grupos radicais à direita podem se tornar extremistas, na medida em que se alheiam às instituições democráticas, como na defesa aberta de golpe de Estado com objetivo de instituir governo autoritário e reacionário, ou mesmo substituir o sistema judiciário pelas forças armadas – à título de exemplo.

Norberto Bobbio opõe extremistas e moderados, afirmando que as diferenças entre ambos "tem bem pouco a ver com a natureza das ideias professadas, mas diz respeito à sua radicalização e consequentemente às diversas estratégias empregadas para fazê-las valer na prática" (Bobbio, 2001, p. 52). Para o autor, o que define o extremismo – mesmo o de esquerda – é a antidemocracia (liberal).

Barbosa, ao citar Jean-Yves Camus, define a extrema-direita contemporânea como atípica, pois esta:

> Substitui o culto do Estado pelo ultraliberalismo, o corporativismo pelo mercado e até, às vezes, o âmbito do Estado-nação por particularismos regionais ou simplesmente locais [...] isso significa que as formações de uma direita dura que avançam na Europa são, em primeiro lugar, aquelas que, tendo assumido uma parte da herança ideológica dos movimentos autoritários, modernizam seu discurso, assim como sua estrutura organizacional. Defendem uma espécie de capitalismo ultraliberal protecionista, aceitam

> formalmente a democracia parlamentar e o pluralismo, reivindicando uma modernização, e não mais uma ruptura, do quadro institucional. Todas essas formações compartilham uma mesma reivindicação de identidade: a preferência nacional, isto é, a atribuição de direitos políticos, econômicos e sociais somente aos nacionais de origem (Barbosa, 2008, p. 6-7).

Além do citado acima, a extrema-direita também apresenta como características: conspiracionismo; crítica à globalização, aos movimentos sociais e ecológicos; oposição aos direitos das mulheres e das pessoas LGBT+, principalmente no tocante à sexualidade e ao corpo; anti-iluminismo; negacionismo; e negação de vínculos com o fascismo (Barbosa, 2008).

Sobre o conceito de *fascismo*, é preciso reafirmar a diferença entre os fenômenos fascistas históricos do período entreguerras e que culminaram na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especificamente os casos italiano e alemão, do fascismo enquanto ideologia. O primeiro – *fascismo histórico* – é datado, findado com a derrocada dos grandes líderes – Hitler e Mussolini –, dos seus partidos – Fascista e Nacional-Socialista – e de suas máquinas de guerra. Porém, deixaram sequelas no cenário europeu, tendo em vista que, mesmo com o tribunal de Nuremberg, várias figuras ligadas ao nazifascismo conseguiram escapar de punições, enquanto outras se mantiveram no poder – não apenas figuras políticas, mas das elites econômicas e também de grandes empresas, que preservaram suas propriedades mesmo após o apoio aberto e o ativo financiamento do nazifascismo, tais como *Volkswagen, Faber, Daimler-Benz e Deutsche Bank*, dentre outras (Mazower, 2001; Barros, 2018). Todavia, o fenômeno do fascismo histórico é a base para a estruturação do fascismo enquanto ideologia, sendo este último o que permaneceu após 1945. Logo, estão intrinsecamente conectados, mas não são a mesma coisa. Há semelhanças e diferenças.

Assim como qualquer ideologia política, o fascismo adere as pautas de seu tempo para se metamorfosear. Em suma, é um movimento de extrema-direita, que aglutina as insatisfações e descontentamentos sociais em momentos de crises estruturais do capitalismo. As elites se organizam para mobilização da sociedade em torno de uma política repressiva, que se coloca enquanto *anti-stablishment* na mesma medida em que garante a manutenção do *status quo*, ao mesmo tempo em que destrói a estrutura democrática liberal e republicana, solapando direitos e perseguindo opositores e minorias. É o reacionarismo político que visa a manutenção e preservação da (infra)estrutura capitalista, essencialmente quando as massas passam a odiá-la.

(Pachukanis, 2020). Portanto, a extrema-direita torna-se fascista quando se organiza em torno de um movimento de massas.[7]

No fascismo, apenas o sistema jurídico-político está em questão, ao passo que o capitalismo segue preservado. Interessante ressaltar que a democracia e o republicanismo, com suas instituições de Estado, são enfraquecidos pelos fascistas que, ao mesmo tempo, utilizam esses mecanismos para galgarem direitos e chegarem ao poder – vide os casos de Hitler e Mussolini. Na época, a dita "nova direita radical [...] chegou ao poder na Itália e na Alemanha por meio de eleições e do processo parlamentar" (Mazower, 2001, p. 41), portanto, dentro da legalidade que pressupõe a democracia liberal. Assim sendo, segundo Alysson Leandro Mascaro:

> Em mais um tempo em que cresce o reacionarismo, não é possível continuar opondo à exploração, às dominações e às opressões o clamor moral ou a aposta de que as instituições lhes serão barreiras, sendo estas, pelo contrário, exatamente um de seus mecanismos e sendo o clamor moral um de seus combustíveis (Mascaro, 2022, p. 9).

O fascismo desponta como solução à extrema-direita para as crises estruturais do capitalismo e de suas instituições legitimadoras – liberais –, sendo pautado como alternativa e oferecido como solução para a sociedade, sempre quando necessária for a manutenção da desigualdade, da concentração de capital e renda, dos privilégios e do poder nas mãos das elites, principalmente àquelas ligadas ao capital financeiro. Logo, o Estado fascista é um tipo específico de Estado capitalista (Mascaro, 2022). Já como movimento, se coloca como questionador da ordem vigente enquanto mascara suas reais intenções.

Para a mobilização das classes médias frustradas e das demais classes sociais, revoltadas mediante crise social, são utilizados diversos instrumentos: medo, paixão, ódio direcionado e violência. Para isso, adentram os aspectos característicos do fascismo, sendo suas características gerais: ultranacionalismo; corporativismo; racismo; xenofobia; misoginia; antiliberalismo; anticomunismo; militarismo; tradicionalismo e ufanismo; irracionalismo; conspiracionismo; elitismo; heroísmo; negação da modernidade; repressão à sexualidade; empobrecimento "léxico e sintático" (Mascaro, 2022, p. 18) e, por fim, o culto ao líder (Eco, 2022).

Fala-se também em neofascismo como conceito que serve para caracterizar os movimentos desse tipo que existem no tempo presente. Conforme Caldeira Neto, os

[7] Essa organização não é natural, como parte intrínseca de um processo de radicalização política. Geralmente é estimulada por discursos de ódio e teorias conspiratórias disseminadas em massa, mobilizada por lideranças políticas e mantida por financiadores – que nem sempre buscam aparecer.

fundamentos basilares do neofascismo residem nos elementos comuns presentes no fascismo do século XX – citados acima –, reformulados e readaptados às questões do nosso tempo. Conforme o autor:

> Apesar dessa diversidade constituinte do fenômeno neofascista, com componentes difusos e contraditórios, os princípios básicos do neofascismo (e dos neofascistas) residiria naqueles comuns ao fascismo histórico, tal qual: darwinismo social, racialismo, busca por uma liderança inconteste e de uma nova aristocracia, princípio da obediência e a negação dos ideais do iluminismo e da Revolução Francesa. Ademais, tais grupos e organizações se aglutinariam ao neofascismo no que diz respeito ao "nacionalismo raivoso", a crença na ordem e do poder do Estado, no desprezo ao liberal parlamentarismo e na oposição ao comunismo e ao capitalismo, de modo concomitante (Caldeira Neto, 2016, p. 29).

Ou seja, o neofascismo é o mesmo, porém outro. Logo, o que justifica o uso do termo? O fascismo histórico é o que fundamenta os movimentos fascistas que surgiram após o fim da Segunda Guerra Mundial e também os que existem nos dias de hoje. É a base, porém reformulada, readaptada, transformada. À título de exemplo, o antissemitismo perde lugar para o forte discurso anti-imigração que ataca principalmente os povos árabes e muçulmanos; o modelo de economia de mercado não-liberal perde espaço para a doutrina do neoliberalismo; e o racismo, a LGBTfobia e a misoginia tornam-se a amálgama para discursos e práticas necropolíticas direcionadas às minorias. Marcelo Badaró Mattos afirma que o termo neofascismo "serve apenas para acentuar que não se trata de uma simples repetição mecânica do fascismo histórico, sendo necessário entender tanto as especificidades do contexto em que emerge, como também as diferenças do fascismo do século XXI" (Mattos, 2022, p. 31).

Mattos argumenta que a extrema-direita do tempo presente se organiza para além do cenário parlamentar e institucional, mobilizando pequenos empresários, classes médias e elites em torno de um movimento de massas de base social diversificada. Assim como no fascismo histórico, ao chegar ao poder, o governo é dedicado ao grande capital, principalmente financeiro. Todavia, na atualidade não há preocupação em avançar na implantação de uma ditadura fascista, como ocorreu no fascismo histórico do período entreguerras. Não há necessidade, pois a própria estrutura do Estado liberal-democrático é pauperizada para atender aos seus interesses. Da mesma forma, "o neofascismo não possui um *corpus* ideológico original e homogêneo, mas apresenta um discurso que costura formas ideológicas conservadoras variadas" (Mattos, 2022, p. 31). Esse discurso é violento e manifesta-se a partir de teses conspiracionistas que mobilizam a lógica de extermínio do inimigo – o outro, imaginário ou existente de fato (Mattos, 2022).

O neofascismo está intrinsecamente ligado ao neoliberalismo. “A combinação de austeridade neoliberal e governos neofascistas promoveu o encontro da eugenia com o darwinismo social, exemplificando manifestações concretas de necropolítica” (Mattos, 2022, p. 31). Ou seja, o neofascismo, ao tomar o poder do Estado, atua ativamente na concentração da riqueza nas mãos das elites econômicas, ao mesmo tempo em que avança com políticas de austeridade e violência sobre as populações pobres e marginalizadas, evidenciando seu caráter necropolítico, materializado em políticas de higienização social e extermínio – que já ocorrem na dita “normalidade democrática”, porém são aprofundadas no governo de caráter neofascista.

Colocados os conceitos – de forma introdutória –, hora de refletir os fatores que explicam o crescimento das extremas-direitas no cenário global, com enfoque para a Europa – berço do fascismo – e as Américas – onde nós nos encontramos. De antemão, faz-se mister compreender que o entendimento de fascismo não pode ser aplicado indiscriminadamente em todos os movimentos de extrema-direita, pois cada caso deve ser analisado em seu contexto histórico – local e global. Há ressalvas na utilização do conceito tendo em vista seu esvaziamento se aplicado de forma genérica. Deve-se também diferenciar movimentos sociais da extrema-direita de representantes políticos radicais à direita nas esferas institucionais do Estado.

Historicamente, o fascismo chega ao poder galgando direitos e utilizando da plataforma democrática para assumir a máquina do Estado, assim enfraquecendo-a de dentro para fora. Porém, devido aos acontecimentos na Europa da Segunda Guerra e aos crimes cometidos pelos nazifascistas, a vinculação com as figuras políticas, com os partidos e ideais fascistas tornou-se um fator depreciativo e criminoso. Logo, as figuras políticas muitas vezes buscam se distanciar do fascismo histórico e também dos movimentos existentes na atualidade, ao mesmo tempo em que defendem os ideais de maneira implícita e explícita em suas práticas políticas. Assim sendo, ao chegar ao poder no tempo presente, lideranças da extrema-direita podem adotar posturas moderadas para evitar o desgaste de seus governos.

> [...] a constante negativa da filiação fascista empreendida por essas agremiações [...] sinalizam que é necessário estabelecer um rasgo analítico entre uma miríade grupuscular, extremista, heterogênea e neofascista (um certo estilo de vida alternativo), e partidos políticos de direita que, em algum sentido, buscaram se afastar de qualquer filiação fascista ou neofascista, aceitando em sua quase totalidade os limites e regras do jogo democrático (Caldeira Neto, 2016, p. 43)

Assim sendo, há diferenciações entre partidos e políticos radicais à direita e os movimentos que os apoiam. Isto posto, o que explica o refluxo da extrema-direita no tempo

presente? Ao recuar para a segunda metade do século XX, Odilon Caldeira Neto nos mostra que as direitas começaram a ganhar força na Europa após a crise do modelo de mercado liberal acordado na Conferência de Bretton Woods,[8] que deu centralidade à questão econômica "na ordenação das relações internas e externas aos estados nação" (Caldeira Neto, 2016, p. 34), após o fim da Segunda Guerra Mundial. Vinculado a este fato, temos a questão geracional, onde a geração seguinte àquela que viveu os horrores da Segunda Guerra já havia perdido certo vínculo emocional com o período, o que proporcionou maior difusão dos ideais de extrema-direita, que alcançaram maior receptividade em um público que já não vinculava estas ideias aos crimes do período anterior – a recepção não ocorreu de maneira homogênea, cabe ressaltar. A partir de Robert O. Paxton, Caldeira Neto afirma:

> O fim da fase letárgica do fascismo corresponderia, para o autor, a um processo de esvaecimento correlacionado ao aspecto geracional, de modo que estariam menos nítidas as lembranças e memórias dos horrores da Segunda Guerra Mundial, do holocausto e dos fascismos, inclusive em razão do desaparecimento daquela geração que havia sido testemunha ocular desses fenômenos (Caldeira Neto, 2016, p. 31).

Para além disso, há a pauperização do modelo de social-democracia e do Estado de Bem-Estar Social implementados após a Segunda Guerra, com decorrente avanço do modelo neoliberal, a partir dos anos 1970, fato que gerou o aprofundamento das desigualdades estruturais do capitalismo, que por sua vez acirraram a crise social, principalmente nos países periféricos. A partir dos anos 1980, a nova direita europeia e estadunidense ganha força, utilizando como ferramenta o discurso de defesa da democracia – leia-se democracia liberal capitalista – como valor universal, diante do anunciado fracasso do modelo soviético (Blackburn, 1992).

> No plano político-ideológico, a nova direita substituiu a bandeira dos direitos humanos [em voga desde a elaboração, pela ONU, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948] pela da defesa da democracia, e do combate ao narcotráfico e ao terrorismo. A democracia, num contexto de crise, deveria ser salvaguardada "sem adjetivos" (a "democracia como valor universal"), isto é, sem qualificações como popular, social ou participativa. Assim, a democracia liberal adotava um conteúdo ainda mais empobrecido, conservando e legitimando a desmobilização político-social dos regimes autoritários que estavam sendo substituídos. A *democracia como um valor universal* era também uma arma ideológica contra os países socialistas e os

[8] Realizada nos EUA em 1944 e ratificada no decorrer do ano de 1945, a Conferência de Bretton Woods definiu as normativas para o sistema monetário internacional que foi adotado pelo bloco de países capitalistas alinhados aos Estados Unidos da América. A conferência foi responsável por criar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O objetivo inicial era fornecer empréstimos para projetos de reconstrução dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial, estruturando os princípios do que viria a ser uma economia globalizada, alinhada à doutrina econômica liberal e fundamentada no dólar estadunidense.

> jovens Estados revolucionários do Terceiro Mundo. Estes, além de "antidemocráticos", também eram acusados de práticas terroristas, mácula que atingia igualmente os movimentos revolucionários e/ou de libertação nacional. O antiterrorismo permitia, assim, criar-se um clima de histeria para a manipulação da opinião pública. Desta forma, legitimavam-se previamente as agressões e pressões dos EUA a países antiamericanos do Terceiro Mundo, tais como Líbia e Irã, enquanto o combate ao narcotráfico validava as interferências no Panamá e nos países andinos (Vizentini, 2003, p. 223).

Nesse contexto de imposição imperialista estadunidense, baseada na defesa da democracia e no combate ao narcotráfico e ao terrorismo, justificaram-se crimes internacionais e aprofundaram-se as crises nos países periféricos. Com a queda do muro de Berlim em 1989 e posterior dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, a Guerra Fria chegava ao fim (Munhoz, 2020). Com isso, o capitalismo tornou-se a única via desejável. Ao vencer a disputa pela hegemonia, em um contexto de avanço da globalização (Ianni, 2000), a doutrina neoliberal passou a ser imposta com pouca resistência aos países capitalistas.

> A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções, envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória. [...] esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar (Ianni, 2000, p. 207-209).

Com o avanço da globalização, o modelo estadunidense de política e economia, baseados na doutrina neoliberal, disseminaram-se pelas sociedades, influenciando as dinâmicas socioeconômicas e as políticas dos países, aprofundando desigualdades e impulsionando a concentração de renda e riqueza, agravando a crise social. Faz-se necessário, portanto, compreender o neoliberalismo como conceito, para assim então problematizar seus impactos na contemporaneidade. Conforme David Harvey:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma **teoria** das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as **liberdades e capacidades empreendedoras individuais** no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos **direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio**. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, **se necessário pela força**, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, **se não existirem mercados** (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a

> poluição ambiental), **estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado.** Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas (Harvey, 2014, p. 12, grifos meus).

O neoliberalismo produziu uma situação de tensão social dentro do capitalismo, com o desmonte do Estado de bem-estar social e de direitos historicamente conquistados. Com ênfase no capital financeiro, aprofunda-se a concentração de riquezas e com isso cria-se um clima de insegurança social. Com a flexibilização no mercado de trabalho, surge o que autores como Guy Standing e Ruy Braga conceituam como *precariado* (Standing, 2014), ou seja, uma parcela de trabalhadores assalariados que passa a aumentar com força na Europa – existindo já de forma numerosa em países em desenvolvimento –, e que possuem como características em comum a precariedade no trabalho, baixos salários e instabilidade, além de vulnerabilidade social. Fazem parte desse grupo, em sua maioria, jovens que estão adentrando o mercado de trabalho, imigrantes, minorias étnicas, negros e mulheres. Ao criar uma situação de crise social, avança violentamente sobre as populações em maior vulnerabilidade social.

Para Achille Mbembe, no neoliberalismo a condição humana torna-se supérflua. Ao avaliar que "o nascimento do sujeito racial – e, portanto, do negro – está ligado à história do capitalismo" (Mbembe, 2017, p. 299), reflete sobre o *devir negro do mundo*, onde, no atual contexto neoliberal, a condição exclusiva à qual o negro foi colocado, ainda no primeiro capitalismo (século XVI), tenderá a ser universalizada, na medida em que as pessoas subalternizadas – tanto na Europa como no resto do mundo – tornar-se-ão sujeitos solúveis e descartáveis (Mbembe, 2017). Para o autor:

> Por neoliberalismo entenda-se uma fase da história da Humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais. O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo (curto) se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, desencadeou-se um movimento de escalada. O neoliberalismo baseia-se na visão segundo a qual "todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo (podem) deter um valor no mercado". Este movimento caracteriza-se também pela produção da indiferença, a codificação paranoica da vida social em normas, categorias e números, assim como por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. Assombrado por seu duplo funesto, o capital, designadamente o financeiro, define-se agora como ilimitado, tanto do ponto de vista dos seus fins como dos seus meios. Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da "fabricação de todas as relações de filiação", procura multiplicar-se "por si mesmo" numa infinita série de dívidas estruturalmente insolúveis (Mbembe, 2017, p. 13-14).

A figura do trabalhador – no sentido clássico do termo – cede espaço para uma nova criatura, ela mesmo mercadoria, plástica e flexível, disposta a "reconfigurar-se

permanentemente em função dos artefatos que a época oferece" (Mbembe, 2017, p. 14). Preso em seus próprios desejos – também produzidos pelo mercado –, esse sujeito histórico está condenado ao reino do curto prazo, à flexibilidade, à indiferença e à insegurança (Mbembe, 2017). A desigualdade à qual esses sujeitos estão subordinados, resultado dos processos de concentração de riqueza, da centralidade do papel do capital financeiro sobre todas as esferas da vida social, do enfraquecimento do papel do Estado, do fim das políticas sociais e de distribuição de renda, dos reformismos, privatizações e terceirizações, produz como uma de suas várias sequelas o aumento da violência urbana, gerando medo e insegurança, condições basilares para o fortalecimento do discurso de ódio, fazendo assim com que parte da população encontre esperanças em soluções rápidas para problemas complexos e estruturais.

Quando observamos o Brasil, percebemos que as pautas da extrema-direita, como a defesa do aumento do efetivo policial, de operações de ocupação em comunidades, de intervenções militares, de ações truculentas para o combate ao crime, da redução da maioridade penal, do aumento da população carcerária, da pena de morte e do porte/posse civil de armas de fogo ganham cada vez mais força, transformando-se em fatores que reforçam o caráter necropolítico do Estado neoliberal aplicado ao caso brasileiro. No âmbito internacional, a principal causa defendida pela extrema-direita europeia e americana é a pauta ultranacionalista e de anti-imigração, claramente racista, tendo em vista que os alvos preferenciais dos discursos em questão são os árabes, negros e latinos, fator que aprofunda a necropolítica, pois são ideias que se materializam em ações de higienização social, segregação e subalternização dessas populações, muitas das vezes já violentadas em seus locais de origem.

Como necropolítica, Mbembe entende que o Estado exerce sua soberania ao decidir quem pode viver e quem deve morrer. Exercitar a soberania, portanto, é definir a vida como implantação e manifestação de poder. Ao destituir grupos de *status* político, resta aos sujeitos apenas seus corpos biológicos, desumanizados. A necropolítica seria, então, a política de não-integração de populações às condições mínimas de seguridade do Estado, para que mantenham sua sobrevivência. O capitalismo historicamente convive com políticas de morte, por vezes estimulando-as. Um dos aspectos do poder de Estado para justificar a morte é produzir, referir-se ou apelar para ideias de emergência, exceção ou uma concepção – fictícia – de inimigo, apresentando o *outro* como potencial ameaça ou perigo iminente para a vida dos demais. Os pilares ideológicos desse processo são as noções de raça e racismo (Mbembe, 2016).

O Estado capitalista neoliberal e necropolítico estrutura desigualdades que produzem crise social, parte fundamental para compreender o processo de radicalização política capitalizado pela extrema-direita no cenário nacional e internacional. A falência da social-

democracia e o desmonte do Estado de bem-estar social, substituído pela doutrina do neoliberalismo a partir dos anos 1970, mesclados com o fim do bloco socialista e a decorrente hegemonia do modelo de democracia liberal que se pretende, desde então, como um modelo universal, devem ser considerados ao analisar o refluxo das extremas-direitas.

Indo além, a doutrina neoliberal levou ao escândalo dos *subprime* que iniciou em 2001, gerando uma bolha de especulação financeira que desembocou na crise de 2008[9]. Diversas instituições do capital financeiro estavam envolvidas na manipulação do mercado de ações imobiliárias. Ninguém, até o momento, foi responsabilizado por jogar o mundo em uma recessão econômica de proporções semelhantes à crise de 1929. Portanto, não é coincidência o avanço, após a crise de 2008, de movimentos de extrema-direita na Europa e nas Américas.

Por fim, ao galgar representatividade política, a extrema-direita contemporânea busca fortalecer suas ações no âmbito internacional, construindo rede de apoio entre políticos que se identificam com as mesmas pautas conservadoras. Após as eleições parlamentares na Europa, é perceptível o avanço institucional da extrema-direita. Cada vez mais ganham força os partidos AfD (Alemanha), Chega! (Portugal), Irmãos de Itália (da primeira-ministra italiana Giorgia Meloni) – tributário do Movimento Sociale Italiano (MSI) –, Vox (Espanha), Front National (de Jean Marie Le Pen, na França), Partido da Liberdade da Áustria (de Jorg Haider), Frente Nacional Britânica e o Partido Nacional Britânico (Inglaterra) (Caldeira Neto, 2016).

No Brasil, temos o fortalecimento do Partido Liberal (PL) como representante dos radicais à direita no cenário institucional brasileiro. Após a migração de Jair Messias Bolsonaro ao partido, o PL ganhou milhares de simpatizantes e filiados, elegendo diversos políticos desde então. Logo, essas figuras políticas, esses movimentos e partidos são diversos entre si, por vezes adotando posturas discursivas agressivas – quando opositores – e moderadas – quando no poder.

---

[9] *Subprimes* seriam empréstimos ou hipotecas de alto risco, ou seja, de pouca confiabilidade de retorno. No começo dos anos 2000, empresas de *Rating*, que aplicavam notas às ações vendidas no mercado financeiro dos EUA, mancomunadas com as empresas que vendiam as ações – caso claro de conflito de interesses e de manipulação do mercado –, começaram a aplicar notas (avaliações) altíssimas (muito positivas) para ações do mercado imobiliário que possuíam quase nenhuma certeza de retorno aos compradores. Essas ações fraudulentas foram comercializadas em valores cada vez mais altos, o que acabou inflando o mercado imobiliário estadunidense, elevando muito os valores dos imóveis. Sem condições de pagar por valores altos, as pessoas deixaram de quitar suas dívidas imobiliárias. Ao perceber que as ações do mercado não gerariam retorno, os investidores buscaram vende-las o mais rápido possível, o que acabou levando os valores dessas ações ao chão, estourando a bolha de especulação financeira. O principal negociador dessas ações era o banco Lehman Brothers. Em decorrência dos ocorridos, o banco declarou falência em 2008. Foi a maior falência registrada na História dos EUA. Esse escândalo de especulação financeira foi o responsável pela crise econômica global subsequente. Nenhum sujeito envolvido foi responsabilizado civil ou criminalmente pelas práticas criminosas. O governo dos EUA precisou intervir e criar um plano de resgate econômico para evitar a quebra geral do mercado financeiro do país, destinando cerca de 700 bilhões de dólares – públicos – para a recuperação do setor – privado. Fonte: IPEA. O que é? Subprime. **IPEA**: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ano 5, ed. 45, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156>. Acesso em 26/11/2024.

Além dos já citados acima, temos outros movimentos não-partidários que ganham força com o avanço institucional da extrema-direita, como movimentos neonazistas e supremacistas brancos por toda a Europa, com destaque para os casos da *Terceira Via* e do *Movimento Identitário*, na Alemanha. Nos EUA, cresceram as manifestações desse tipo – sempre existentes no local, devido ao histórico permissivo do país. Cito, como exemplo, a grande manifestação neonazista ocorrida em Charlottesville, em agosto de 2017.

Considerações finais

Reforço, a partir da perspectiva teórico-metodológica da História do tempo presente, a necessidade da leitura marxista do fenômeno fascista, indissociável do capitalismo, sendo produto de sua crise e se constituindo enquanto "movimento reacionário de massa" (Boito Jr., 2020, p. 115) que visa a manutenção do *status quo* socioeconômico. Não se trata de determinismo econômico, ou de uma simples análise economicista de um problema mais amplo. Trata-se, pelo contrário, de perceber que o atual Estado neoliberal e necropolítico produz dinâmicas sociais entremeadas pelos problemas específicos gerados por esse modelo socioeconômico e político, que, por sua vez, acirra os problemas sociais e influencia na subjetividade dos sujeitos. Logo, perceber o fascismo – tanto o fascismo histórico quanto os fenômenos fascistas e movimentos da extrema-direita atuais – como fruto do capitalismo significa compreender que a luta contra esse e os demais movimentos radicais de direita será em vão se limitada à defesa da ordem institucional e das instituições liberal-democráticas e republicanas. Combater o fascismo e seus semelhantes demanda a compreensão desses fenômenos como algo além de simplesmente ideológico. É, principalmente, uma questão socioeconômica e de classe.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

AMARAL, Augusto Jobim do; SILVEIRA, Felipe Lazzari da. Bolsonarismo e o fascismo na Era Digital. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 127, jul./dez. 2023, p. 55-94.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Ideologia e intolerância: a extrema-direita latino-americana e a atuação no Brasil dos herdeiros do Eixo. **Aurora** (UNESP Marília), v. II, 2008, p. 02-11.

BARROS, José D'Assunção. **A construção da teoria nas ciências humanas**. Petrópolis: Vozes, 2018.

BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da Queda**: o fracasso do Comunismo e o futuro do Socialismo. Autores: Norberto Bobbio; Ralph Miliband; Edward Thompson; Jürgen Habermas; Hans M. Enzensberger; Fred Halliday; Eric Hobsbawm; Robin Blackburn; Fredric Jameson; André Gorz; Diane Elson. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 271p.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Semiótica e totalitarismo**. São Paulo: Contexto, 2020, 224p.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 2a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, n.50, p. 111-119, 2020.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, "Nova República" e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, vol. 10, n. 24, jan. 2020, p. 120-140.

CALDEIRA NETO, Odilon. **"Nosso nome é Enéas!"**: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, 413p.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. **L'Ordinaire des Amériques** [En ligne], 226, 2021, mis en ligne le 09 mars 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/orda/5853>. Acesso em 28/10/2024.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 4, n. 1, jan/jun 2012, pp. 5-23. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

IANNI, Octavio. Globalização e nova ordem internacional. IN: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (org.). **O século XX**: o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 205-225.

JÚNIOR, Antônio Manoel Elíbio. A História do tempo presente: reflexões sobre um campo historiográfico. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v.12, n.01, p.13-27, jan/jun. 2021.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a História do Tempo Presente: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira (et. al.). **Coleção história do tempo presente**, vol. 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019, p. 11-26.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crítica do Fascismo**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 25-39, março de 2022.

MAZOWER, Mark. **Continente Sombrio**: a Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017, 312p.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, revista do ppgav/eba/ufrj, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria**: História e historiografia. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020, 313p.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o integralismo. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 36, n. 1, p. 118-138, jan./jun. 2010.

PACHUKANIS, Evguiéni Bronislávovitch. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020, 128p.

SAHD, Fabio Bacila. (Neo)fascismo, (pós)fascismo ou (neo)populismo? Um balanço bibliográfico possível de uma calorosa disputa classificatória. **Intellèctus**, Dossiê: o populismo no século XXI: a emergência de novas formas, nov. 2022, p. 94-120.

SERRATTO, Edgar Bruno Franke. Estudos sobre o Integralismo e seus momentos. **ANPUH** – XXIV Simpósio Nacional de História (Anais). São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). **O século XX**. Vol. 2: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 109-164. 3v.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, 272p.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. A Guerra Fria. IN: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (org.). **O século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 3v., p. 195-225.